

ECONOMIA SOLIDÁRIA: UM NOVO MODO DE VIVER

Eudes Xavier*

A Frente Nacional em Defesa da Economia Solidária, criada em maio de 2007, é parte do reconhecimento dado pelo parlamento às estratégias utilizadas pelo movimento de Economia Solidária no Brasil. A defesa deste novo modo de viver, incorporado pela prática da economia solidária, reflete os esforços realizados desde os anos 1980 para resgatar a cidadania de milhares de trabalhadores e trabalhadoras alijados(as) do mundo do trabalho. Com o passar do tempo o movimento consolidou-se socialmente, rompendo as barreiras da exclusão social para ecoar no Congresso Nacional.

Não fosse a valentia e insistência dos sujeitos sociais históricos, numa busca dedicada e obstinada por alternativas de trabalho e renda, pelo resgate da cidadania dos sujeitos marginalizados economicamente, é bem provável que a Frente Parlamentar em Defesa da Economia Solidária não existisse. Trata-se, portanto, de reconhecer um acúmulo social histórico, conquistado palmo a palmo por meio de um trabalho cansativo, mas recompensador, que ao mesmo tempo em que busca amenizar as dificuldades de homens e mulheres, mães e pais de família em dificuldade, tem o objetivo de conter o avanço do capitalismo em sua face mais desumana: o desemprego e a barbárie social.

Antes de se focalizar a matéria propriamente em questão, é preciso relembrar os primeiros projetos organizados pela Cáritas Brasileira, no início da década de 1980. É necessário fazer justiça ao movimento sindical, com a retomada das primeiras fábricas desativadas, sob um novo prisma, onde os trabalhadores tiveram resgatados os seus direitos humanos, passando a ser mais que simples força de trabalho assalariado. É preciso rememorar as primeiras incubadoras de cooperativas, incentivadas pelas universidades. Resgatar, de forma justa, as experiências das gestões do Partido dos Trabalhadores (PT), que contribuíram decisivamente para a consolidação de políticas públicas de economia solidária, como foi o caso da cidade de Porto Alegre (1989-1992), ou o surgimento dos primeiros bancos de crédito popular, na prefeitura de Belém, na década de 1990. Falamos do governo do Rio Grande do Sul (1999–2002), onde se fortaleceu a ideia do desenvolvimento de cadeias produtivas territoriais.

A partir do surgimento da Rede de Gestores Públicos, em 2002, bem como do Fórum Social Mundial (FSM), Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) e Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes), além do Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES), em 2003, o movimento foi criando corpo. Estes foram momentos importantes para a consolidação da economia solidária no Brasil. Etapas de um acúmulo de forças, que se constituiu antes nas ruas, a partir das trabalhadoras e trabalhadores que buscavam saídas criativas para sobreviver. A Frente Parlamentar da Câmara dos Deputados nada mais é que uma caixa de ressonância deste momento histórico e social, que transcende as iniciativas exclusivas dos ativistas da economia solidária, buscando o apoio de outros setores comprometidos com a justiça social.

Para criar a Frente Parlamentar na Câmara dos Deputados, coletaram-se mais de 184 assinaturas dos(as) parlamentares eleitos(as) para representar o povo e os estados brasileiros.

* Deputado federal pelo Partido dos Trabalhadores do Ceará (PT/Ceará) e presidente da Frente Nacional em Defesa da Economia Solidária.

Além de deputados federais e senadores, estavam presentes, no dia do lançamento da frente, representantes de vários órgãos governamentais e não governamentais, entre eles do Ministério do Trabalho e Emprego, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério da Cultura, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e do Ministério do Meio Ambiente, representantes das assembleias legislativas dos estados do Ceará e Rio Grande do Sul. Também se fizeram representar entidades como a Central Única dos Trabalhadores, a Associação Nacional dos Trabalhadores em Autogestão, a União Nacional de Cooperativas da Agricultura Familiar, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, a Rede Unitrabalho e muitos representantes do Fórum Brasileiro de Economia Solidária.

A economia solidária ganha força. Hoje ela é responsável por uma grande articulação nacional, mas também global. Em diversos países, como também no Brasil, a economia solidária tem permitido que milhares de pessoas saiam da linha da pobreza. Trata-se da oportunidade dada a indivíduos e famílias para melhorarem as suas condições de vida, tanto no aspecto alimentar como também cultural, educacional, sem falar no fortalecimento dos vínculos familiares – fator importante para evitar as situações de risco social da infância e juventude. Dados do relatório *Tendências Mundiais do Emprego Juvenil* (2006)¹ mostram que, no Brasil, metade dos desempregados é jovem e tem entre 16 e 24 anos. Destes, 52% trabalham na informalidade. Podemos citar países da África, Índia e América Latina, mas também Rússia e Estados Unidos, entre outros países desenvolvidos, nos quais a economia solidária tem sido utilizada principalmente como alternativa de trabalho e renda para os imigrantes.

No Brasil, a economia solidária vem superando pouco a pouco a fase de experimentação. O governo federal não tem medido esforços para consolidar as políticas públicas solidárias elaboradas a partir da contribuição dos diversos sujeitos que atuam na área. A consolidação da Secretaria Nacional de Economia Solidária, que tem à frente o professor Paul Singer, reconhecido economista ligado ao pensamento de esquerda latino-americano, tem sido responsável por diversos programas, principalmente em articulação com outras esferas do governo. Este órgão vem se articulando com o Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES), por uma política interministerial e republicana, que leva em conta as várias esferas de governo e da sociedade. Por sua vez, o CNES congrega entidades que se organizam em redes, com os movimentos sociais e demais entidades da sociedade civil, no intuito de contribuir para a integração das políticas de economia solidária em território brasileiro. O órgão possui cinco eixos temáticos: comercialização, redes e cadeias de produção e consumo, crédito e finanças solidárias, formação e assistência técnica, institucionalidade da política nacional e marco jurídico. É aí que o debate retorna ao Congresso Nacional. Por isso a Frente Parlamentar em Defesa da Economia Solidária se torna tão importante.

A luta da frente ocorre num contexto de prioridades políticas e orçamentárias. No que tange à política, há muitas questões a serem debatidas, assim como também no que se refere às questões orçamentárias. Reporte-se aqui a Karl Marx, quando afirma que “a história de toda a sociedade até hoje tem sido a história da luta de classe”. Todos sabem que, no congresso, relacionam-se diversas representações, inclusive de classe. Por esse motivo torna-se difícil o debate sobre muitas questões, principalmente aquelas sobre as quais os interesses são conflitantes. É o caso do Fundo Nacional de Economia Solidária. Trata-se de garantir recursos para a continuidade e avanço das políticas públicas para o setor. Também é o caso do marco

1. *Global employment trends for the youth*. International Labour Office. Geneva, Switzerland, 2006.

legal, que pode ser compreendido como a legislação que regulamenta as atividades de produção, distribuição e consumo no espectro da economia solidária. Portanto, faz-se necessário articular as ações do movimento concreto, nas ruas, nos projetos e nos empreendimentos solidários, com a necessidade premente de ampliar apoio no parlamento. Principalmente porque queremos entender a economia solidária num contexto amplo, abrangente, que tem o objetivo de contribuir para a segurança alimentar, a agricultura familiar, a reforma agrária, a regulamentação fundiária, o desenvolvimento sustentável, a preservação da identidade étnica e cultural, o recorte de gênero, e a democratização da informação e tecnologias de produção. Trata-se de um enorme desafio: estabelecer a justiça social e econômica, criando condições para inverter a lógica perversa que pretende tratar o trabalho como mercadoria.

No âmbito das políticas públicas federais experimenta-se um momento sem precedentes na história brasileira. São vários programas que compõem a lógica de integração e transversalidade empreendida pelo governo federal. Destacam-se os programas levados a cabo pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), e pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Em maior ou menor grau, todos os ministérios do governo Lula participam de algum tipo de ação. No caso do MDA, por intermédio da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), é aplicado o conceito de territórios da cidadania, que são espaços geográficos naturalmente integrados por sua dinâmica social, política e econômica. Por meio da SDT, em conjunto com a Senaes, o Programa Territórios da Cidadania identifica os empreendimentos familiares rurais e econômicos solidários, incentivando o associativismo democrático e integrando diversos programas sociais do governo federal, com foco no desenvolvimento regional. O objetivo é organizar cadeias produtivas via redes de apoio mútuo, estruturando até mesmo uma Base de Serviço de Comercialização (BSC) para garantir a distribuição da produção. O programa também prevê a formação de sistemas estaduais de apoio à agricultura familiar (Secafes). Há linhas de financiamento para a infraestrutura de produção e tecnologia, suporte técnico e capacitação profissional e de gestores. Trata-se de um processo complexo, que leva em conta a demanda existente e orienta a produção para supri-la.

Outros programas também contribuem para a ampliação dessas políticas. Um exemplo é o Fome Zero, sob responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. O programa mantém ações importantes de inclusão produtiva e segurança alimentar, e é reconhecido como referência mundial entre os programas de inclusão social e combate à fome. No âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego, o Senaes oferece o Programa Economia Solidária em Desenvolvimento, cujos eixos de atuação preveem o apoio a cadeias produtivas, à geração de trabalho e renda, a bancos comunitários e fundos rotativos, centros de formação, qualificação e alfabetização, feiras de comercialização etc. Também está em processo de elaboração o Sistema Nacional de Comércio Solidário (SNCS), e, em andamento, um mapeamento nacional dos empreendimentos de economia solidária, por intermédio do Sistema Nacional de Informações da Economia Solidária (Sies). Além destes, muitos estados e municípios criaram órgãos responsáveis pela implementação de políticas públicas de economia solidária. É o caso da Prefeitura de Fortaleza, que mantém uma coordenadoria de economia solidária ligada à sua Secretaria do Desenvolvimento Econômico, onde são desenvolvidos programas como o Credjovem Solidário, que oferece crédito para jovens oriundos da rede municipal de ensino. O programa já financiou 77 empreendimentos solidários, dos quais 60 conseguiram adquirir sustentabilidade.

O problema é que toda essa política pública, construída ao longo dos anos, ainda depende do resultado das urnas para garantir sua continuidade. A democracia represen-

tativa, que tem como principal característica o revesamento do poder instituído através do voto, não garante a continuidade deste processo. Assim, as políticas públicas precisam institucionalizar-se para serem de fato incorporadas como direitos civis. Compreende-se a institucionalização como um processo de incorporação de direitos, por meio da qual o trabalhador e a trabalhadora possam ter assegurada a satisfação de suas necessidades básicas. E isso só pode ocorrer com a ajuda do parlamento. É do parlamento o dever de legislar. É do parlamento o dever de instituir instrumentos de sustentação dos investimentos para a economia solidária, sem os quais esta não passa de um sonho bom. É do parlamento o dever de instituir leis que regulamentem a atividade dos empreendimentos econômicos solidários, sejam eles pequenos empreendimentos de agricultura familiar ou bancos comunitários. Esta é uma preocupação de todos os sujeitos que constroem a economia solidária, inclusive dos órgãos de governo, que incluem o apoio à institucionalização da economia solidária como um eixo programático de sua atuação.

Hoje, duas proposições de lei estão tramitando no Congresso Nacional. A primeira, de autoria do deputado Pompeu de Matos, do Partido Democrático Trabalhista do Rio Grande do Sul (PDT/RS), já aprovada na Câmara dos Deputados, tramita agora no Senado e está sendo analisada na Comissão de Assuntos Sociais. O Projeto de Lei nº 131/2006 dispõe sobre a organização e funcionamento das cooperativas de trabalho e institui o Programa Nacional de Fomento às Cooperativas de Trabalho (PRONACOOOP), que disponibilizará linhas de crédito com recursos do Fundo de Amparo do Trabalhador (FAT), do Orçamento da União, além de outros recursos que venham a ser alocados pelo poder público. O conteúdo do projeto contempla a autonomia e a autogestão, a adesão voluntária e livre, a participação econômica dos membros cooperados, o aspecto comunitário e intercooperativo, assim como o processo formativo e educativo. É, portanto, um processo comum aos princípios da economia solidária e garante os requisitos mínimos aos quais todo trabalhador deve ter direito. Ademais, estão autorizados a operar os recursos do PRONACOOOP, além dos bancos oficiais, os bancos cooperativos e as cooperativas de crédito. Por isso a Frente Parlamentar de Defesa da Economia Solidária está dialogando com os senadores no sentido de garantir a aprovação desta lei, que atualmente está sendo analisada na Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal.

Outro projeto que contribui para a institucionalização da economia solidária é o Projeto de Lei Complementar nº 93/2007, de autoria da deputada Luiza Erundina, do Partido Socialista Brasileiro de São Paulo (PSB/SP), que cria o Segmento Nacional de Finanças Populares e Solidárias. Seu conteúdo prevê a criação do Conselho Nacional de Finanças Populares e Solidárias, que terá como principal finalidade o assessoramento e apoio técnico-administrativo ao setor nas áreas de gestão financeira, tecnologias creditícias, sistemas de informática, formação de quadros técnicos, gestão administrativa e demais atividades inerentes. Além disso, a proposição regulamenta o funcionamento dos bancos populares, que poderão captar depósito e poupança, operar títulos de capitalização e investimentos, receber pagamento e dar quitação, entre outras atividades. A proposição tramita atualmente na Câmara dos Deputados, na Comissão do Trabalho. Por se tratar de um tema de enorme relevância, está prevista uma audiência pública para aprofundar o debate sobre a matéria, de modo a dar maior visibilidade aos conteúdos da futura lei.

Outro debate ora em curso diz respeito ao marco legal propriamente dito. Há muito tempo o movimento debate o assunto. O Senaes, o CNES, o FBES e a Frente Parlamentar Nacional realizaram uma série de reuniões com o intuito de consolidar um anteprojeto de lei que pudesse ser posteriormente apresentado ao Congresso Nacional. Recentemente, no

dia 2 de julho, este coletivo promoveu o seminário “Economia Solidária, Crise Econômica e Institucionalidade da Política”. No evento, foi pautada a II Conferência Nacional de Economia Solidária, a democratização do Estado e o marco regulatório para a parceria com entidades da sociedade civil, entre outros temas de igual relevo. Embora não haja unanimidade nas propostas, o sentimento comum indica pontos de convergência que levam a crer num caráter pedagógico e projetivo. É preciso que os diversos sujeitos envolvidos com a economia solidária possam compreender que participam de uma nova forma de relacionar-se com a economia, com o trabalho e com a sociedade. Trata-se de uma inversão de valores que beneficia a ação coletiva e solidária. No universo da economia solidária, a apropriação do trabalho é antes social, por isso a produção está voltada para a autogestão, assim como a distribuição para a cooperação, e o consumo para o desenvolvimento comunitário. A economia solidária projeta, portanto, uma nova sociedade, com outros valores, próximos dos princípios socialistas.

Estamos conscientes de que a economia solidária não pode sozinha eliminar as desigualdades impostas pelo sistema de valores capitalista, mas pode e deve contribuir para a humanização dos processos relacionais entre capital e trabalho. Não para eliminar os conflitos inerentes destas relações, mas, ao contrário, para mostrar as diferenças e explicitar as alternativas existentes. Entende-se que isto pode tornar-se pedagógico e contribuir para aumentar a resistência aos processos vexatórios de exploração do trabalho. É preciso também levar em conta as demandas que já foram apontadas e amadurecidas durante as últimas décadas. Entre estas, inclui-se a criação de um sistema nacional de economia solidária. Com este sistema, será possível estabelecer instrumentos para implementar uma política nacional de formação e assistência técnica, uma política nacional de comercialização, entre outras. Seu funcionamento deve priorizar a participação popular em todas as esferas da política, evitando a centralização burocrática e dando lugar à transversalidade entre os setores governamentais. Desta forma, ampliariam-se os espaços de participação política, no aprendizado da gestão da coisa pública, no controle social. Não há dúvida de que a vigência de um sistema nacional de economia solidária pode significar uma verdadeira revolução democrática. Para isso, é preciso radicalizar a velha máxima da esquerda setentista, que a partir do poeta Bertold Brecht anunciou que “apenas quando somos instruídos pela realidade é que podemos mudá-la”.